

ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SURDOS:

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Viviane Marques Miranda

(PPGE/UNINOVE – Mestrado)

Dario Leite Resende

(CEAD/UFJF – Especialização)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
<p>Viviane Marques Miranda é Professora de Português e LIBRAS de escola bilíngue da rede municipal de educação da cidade de São Paulo. Especializada em Educação Étnico-Racial e em Educação da Pessoa com Deficiência da Audiocomunicação. Mestranda em Educação pela UNINOVE. E-mail: vivi_starpop@yahoo.com.br.</p>
<p>Dario leite Resende é Professor de Matemática na rede municipal de educação de São Paulo, especializado em tecnologias da informação e comunicação para o ensino básico. E-mail: dlresende@hotmail.com</p>

RESUMO	ABSTRACT
<p>Considerando a base legal referente a acessibilidade linguística para pessoas surdas, Lei nº 10.436/2002, Decreto nº 5.646/2005 e Lei nº 13.146/2015, dentre outras, foi desenvolvida uma experiência pedagógica na educação de jovens e adultos de uma escola bilíngue para surdos, na cidade de São Paulo. O objetivo principal foi a promoção dos múltiplos letramentos e da igualdade racial em articulação com a temática da surdez, dada a constituição bilíngue da Unidade Escolar (Decreto Municipal nº 52.785/11). Participaram do projeto três turmas de Ensino Fundamental II do período noturno. Em uma perspectiva freiriana, realizaram-se ações pedagógicas interdisciplinares empenhadas em garantir uma diversidade epistemológica não-hegemônica com ênfase para a acessibilidade linguística e para os múltiplos letramentos. A sensibilização inicial apoiou-se no filme "Estrelas Além do Tempo" (2016) e no Jornal Primeira Mão em LIBRAS. O tempo de duração foi de dois bimestres e envolveu as disciplinas de matemática, português e LIBRAS. Os resultados revelaram a importância do uso das tecnologias de informação e comunicação para a escolarização e para a acessibilidade linguística dos alunos surdos.</p>	<p>Considering the legal basis on linguistic accessibility for deaf people, Law nº 10.436 / 2002, Decree nº 5.646 / 2005 and Law nº 13.146 / 2015, among others, a pedagogical experience was developed in the education of young people and adults of a bilingual school for the deaf, in Sao Paulo city. The main objective was the promotion of multiple literacy and racial equality in articulation with the theme of deafness, given the bilingual constitution of the School Unit (Municipal Decree No. 52.785 / 11). Three classes of the night period participated in the project. From a Freirean perspective, interdisciplinary pedagogical actions were undertaken to guarantee non-hegemonic epistemological diversity with emphasis on linguistic accessibility and multiple literacy. Initial sensitization was based on the film "Hidden Figures" (2016) and the Jornal Primeira Mão in LIBRAS. The duration was two-semester and involved the subjects of mathematics, Portuguese and LIBRAS. The results revealed the importance of the use of information and communication technologies for schooling and the linguistic accessibility of deaf students.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Educação de Jovens e Adultos Surdos; Acessibilidade Linguística; LIBRAS.	Education of Deaf Youth and Adults; Linguistic Accessibility; LIBRAS.

INTRODUÇÃO

Segundo dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), dos mais de 190,7 milhões de brasileiros, 23,9% declararam ter alguma deficiência, isto é, mais de 45,6 milhões de pessoas. Sendo que 26,5% são mulheres e 21,2% são homens. A deficiência auditiva atinge 5,1% da população, ou seja, cerca de 9,7 milhões de pessoas, ocupando terceiro lugar entre as deficiências mais relatadas¹. Em 2010, todos os tipos de deficiência tiveram maior incidência na população de 65 ou mais anos, o que refletiria o processo de envelhecimento populacional (BRASIL, 2012).

A deficiência não incidiu uniformemente nos grupos raciais. Os maiores percentuais de deficiência em ambos os sexos ocorreram nos grupos das raças preta e amarela, seguindo a tendência de maior incidência na população feminina. Sendo assim, as mulheres negras apresentaram a maior incidência, em 30,9% do total da população negra; ocorrendo ainda nesse grupo também a maior diferença entre homens e mulheres, de 7,4 pontos percentuais (BRASIL, 2012).

O Censo 2010 revela ainda a existência de diferenças significativas no nível de escolaridade e na taxa de alfabetização entre pessoas com deficiência e a população geral. O direito à educação é inalienável e universal, além de viabilizar o acesso a outros direitos, uma vez que prepara as pessoas com deficiência para o trabalho e para a obtenção de renda cuja garantia possibilita uma vida com independência e dignidade. Todo homem, mulher, jovem e criança têm direito à educação durante todas as fases de suas vidas, não havendo limites etários para seu usufruto (BRASIL, 2012).

Sendo assim, a experiência pedagógica que será descrita visou a promoção da acessibilidade linguística, dos múltiplos letramentos e da igualdade racial para alunos surdos, usuários de LIBRAS, de três turmas das séries finais do Ensino Fundamental II do período noturno (8^ºE, 9^ºC e 9^ºD, no total de 22 educandos). A unidade escolar onde ocorreu a experiência é uma Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS), situada na cidade de São Paulo. O grupo de alunos é diversificado, constituído por jovens e adultos surdos: estudantes trabalhadores, mães, pais; com baixo nível de alfabetismo, múltipla deficiência, favorecidos por benefício assistencial de prestação continuada, histórico de aquisição linguística tardia e de sucessivas evasões escolares, diferentes níveis de proficiência em LIBRAS, apresentando ainda diversidade racial e religiosa.

As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que as pessoas sem deficiência. No entanto, elas nem sempre conseguem clamar por seus direitos nas mesmas condições em que o fazem as pessoas sem deficiência, devido a desvantagens impostas pela restrição de funcionalidades e pela sociedade, que lhes impõe barreiras físicas, legais e de atitude. Essas barreiras são responsáveis pelo distanciamento que existe na realização dos direitos das pessoas com e sem deficiência. (BRASIL, 2012, p. 16)

¹ O IBGE (2010) considerou quatro tipos de deficiência: auditiva, visual, física e intelectual.

Dessa forma, a experiência pedagógica desenvolvida trouxe a perspectiva da construção da cidadania, de forma que os educandos pudessem reconhecer alguns aspectos de sua realidade social e, a partir desse reconhecimento, pudessem desenvolver ferramentas na superação de algumas barreiras sociais e linguísticas, por meio dos múltiplos letramentos.

Em uma tentativa de reinvenção de Paulo Freire (1987), utilizando categorias como relações necrófilas, dialogicidade, práxis, inédito viável e conscientização; além de técnicas como círculo de cultura, levantamento do universo vocabular e tema gerador, desenvolveram-se ações pedagógicas interdisciplinares empenhadas em garantir uma diversidade epistemológica não-hegemônica.

Freire (1987) critica a educação “bancária”, em que o educando não é visto como produtor de conhecimento e seus saberes são silenciados, o que define as relações necrófilas, cujas bases se sustentam na coisificação e na negação da humanidade do educando. A dialogicidade, por sua vez, é a base da educação libertadora, visto que os papéis fixos de educador e educando como dois polos opostos são revistos e a prática pedagógica é encarada como uma construção por meio do diálogo. Desse diálogo, nasce a investigação dos “temas geradores”. Estes consistem em reflexão e ação e, conseqüente, transformação da realidade, a partir do saber dos estudantes. Tal movimento estabelece o processo de conscientização, em que os sujeitos assumem um compromisso histórico na ação contínua de fazer e refazer o mundo, dentro das possibilidades concretas disponíveis, fazendo-se e refazendo-se também a si mesmos (FREIRE, 1987; STRECK et al, 2008). Desta forma, soluções praticáveis despercebidas (inéditos viáveis) podem ser encontradas em face de situações-limite.

O círculo de cultura, constituído pelos educandos e por um coordenador, tem o objetivo de oferecer condições favoráveis para a dinâmica do grupo e para o desenvolvimento do diálogo. Dessa discussão surgem os temas geradores que refletem os níveis de percepção da realidade e a visão de mundo dos educandos.

A sensibilização inicial apoiou-se no filme “Estrelas Além do Tempo” (2016), que viabilizou discussões sobre relações étnico-raciais, acesso ao mercado de trabalho e desigualdade de gênero. Além disso, posteriormente, utilizou-se o Jornal Primeira Mão (em LIBRAS) da TV INES (BRASIL, 2017) como ferramenta de pesquisa de temas variados, conforme o interesse dos alunos. O trabalho partiu de uma concepção bilíngue em que a LIBRAS é a língua de instrução e permeia todo o processo de ensino-aprendizagem e o português escrito é a segunda língua.

A escolha do filme “Estrelas Além do Tempo” decorreu de seu potencial pedagógico e do perfil dos nossos estudantes. A obra apresenta a superação profissional de três mulheres negras no enfrentamento de preconceitos raciais e de gênero no trabalho

e na sociedade em geral, na luta por igualdade e acesso a educação.

Nossos estudantes são surdos e apresentam como principal objetivo em sua escolarização o desejo de melhoria de sua inserção ou de suas chances de inclusão no mercado de trabalho. Todos se reconhecem como surdos, bem como identificam a seus colegas como tal; no entanto, relativamente à identidade racial, verificou-se dificuldade de reconhecimento. No ano letivo de 2017, os resultados da autodeclaração de raça/cor revelaram que 53,8% deles consideram-se brancos e apenas 30,8% consideram-se pardos, enquanto 15,4% declaram-se pretos². O filme traz uma representação positiva de pessoas negras, o que pode colaborar com a desconstrução de possíveis estereótipos negativos que acabam contribuindo com a falta de reconhecimento racial.

A escolha do Jornal Primeira Mão, por sua vez, deveu-se: à acessibilidade linguística do suporte, que utiliza a língua de sinais em primeiro plano, dispondo ainda de recursos como legendas e áudio em português; à possibilidade de desenvolvimento de temas e discussões variadas; ao acesso a uma variedade formal da LIBRAS; ao potencial de uso real do gênero e à possibilidade de exploração do conteúdo das notícias de acordo com os interesses pessoais de cada sujeito. Além de constituir uma ferramenta multissemiótica que utiliza diferentes linguagens, potencializando a aprendizagem.

1 ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA – BASE LEGAL

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros. Conforme este marco legal, o poder público em geral e as empresas concessionárias de serviços públicos devem garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da LIBRAS. Além disso, as instituições públicas e as empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir acessibilidade linguística às pessoas surdas usuárias da LIBRAS. Bem como o ensino desta língua deve ser parte integrante do currículo dos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior.

Por sua vez, o Decreto nº 5.626/05 regulamenta a Lei nº 10.436/02. Para fins deste decreto, considera-se surda a pessoa que, tendo perda auditiva bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis ou mais (aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz), compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da LIBRAS.

² A classificação utilizada foi a do IBGE (2010): branco, preto, amarelo, pardo e indígena.

De acordo com os capítulos IV e VI do referido decreto, as instituições privadas e públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal devem ofertar, obrigatoriamente, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, o ensino de LIBRAS e também de Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua para alunos surdos. A educação básica de alunos surdos deve ser assegurada por meio da organização de escolas e classes de educação bilíngue³, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Já para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, a presença de tradutores e intérpretes de LIBRAS deve ser assegurada em escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes.

O Decreto Municipal (SP) nº 52.785/11 – regulamentado pela Portaria nº 5.707/11 da Secretaria Municipal de Educação (SME) – cria as seis Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) na Rede Municipal de Ensino, as quais são destinadas a crianças, jovens e adultos com surdez, com surdez associada a outras deficiências, limitações, condições ou disfunções, e surdocegueira, cujos pais do aluno, se menor, ou o próprio aluno, se maior, optarem por esse serviço.

As EMEBS podem atender as etapas da educação infantil e do ensino fundamental regular e da modalidade de educação de jovens e adultos – EJA da Educação Básica. Além disso, devem oferecer aos alunos surdos a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, na perspectiva da educação bilíngue. Devem ainda proporcionar ações que ofereçam o conhecimento de LIBRAS às famílias e atividades de formação continuada na Língua de Sinais às equipes – docente, gestora e de apoio – da unidade educacional.

No Decreto Municipal nº 52.785/11 e na Portaria Municipal nº 5.707/11, são diretrizes para o atendimento do Ensino Fundamental, dentre outras, promover o ensino da leitura e escrita como responsabilidade de todas as áreas de conhecimento; oferecer LIBRAS como língua de instrução e comunicação; proporcionar o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua com metodologia de ensino adequada para alunas/os surdas/os; desenvolver ações que visem a aquisição de LIBRAS para alunas/os que não tiveram contato com esta língua e oferecer projetos que atendam às especificidades e necessidades educacionais especiais das/os alunas/os para melhor acompanhamento e ou adaptação aos conteúdos curriculares, para além da carga horária regular.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, no tocante aos direitos da pessoa com deficiência auditiva, estipula a oferta de educação bilíngue, em

³ Segundo o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), são denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a LIBRAS e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, a fim de assegurar a acessibilidade comunicativa. De acordo com a referida lei, acessibilidade se caracteriza por:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015)

Portanto, *acessibilidade linguística* para a pessoa surda usuária de LIBRAS consiste na eliminação de eventuais barreiras comunicativas, visando o acesso, por meio da língua de sinais, à informação e à instrução. Também pode consistir no uso da língua portuguesa na modalidade escrita, por exemplo: com o recurso da legenda em produções audiovisuais. No âmbito educacional, enfoque do presente trabalho, acessibilidade linguística consubstancia-se no uso e ensino de: LIBRAS como língua de instrução e de língua portuguesa na modalidade escrita.

O ensino de LIBRAS e português na perspectiva dos múltiplos letramentos consiste na diversidade de práticas culturais e sociais de leitura e escrita, podendo utilizar-se diferentes suportes (computador, celular, caderno), gêneros discursivos (filme, sinopse, currículo, lei) e linguagens (verbal, não verbal, matemática).

2 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

Durante o filme “Estrelas Além do Tempo” (2016), exibido com legendas em português, as professoras fizeram algumas interrupções a fim de resgatar informações essenciais para a compreensão da narrativa e, dessa forma, garantir a compreensão de todos os alunos. Ao término da película, realizou-se um debate acerca das discriminações sofridas pelas personagens, principalmente no ambiente de trabalho, em virtude de racismo e de sexismo. Os alunos relataram dificuldades de inclusão profissional e social em decorrência da surdez, da falta de acessibilidade linguística e do preconceito. Discutiu-se acerca da ascensão social das personagens pela via acadêmica e como a escola para os surdos pode constituir-se em um território de resistência, onde pode ser oportunizado desenvolvimento social, cognitivo e cultural.

2.1 Etapa 1

Na disciplina de língua portuguesa leu-se e analisou-se a sinopse do filme supracitado, abordando função social, conteúdo temático e forma composicional do gênero. Os alunos também tiveram contato com sinopses de outros filmes, analisadas no suporte original. Em LIBRAS, trabalhou-se com o resumo do enredo, buscando identificar elementos como personagem, espaço, tempo e suas respectivas descrições. Estudou-se ainda a bóia de marcação numérica, recurso para referência em LIBRAS. Além disso, foram desenvolvidos conceitos relacionados à história, bem como seus respectivos sinais em LIBRAS, como: NASA, profissão, engenharia e racismo.

2.2 Etapa 2

Em língua portuguesa, a partir de alguns diálogos do filme, foram analisadas as dêixis: pessoais, temporais e espaciais, conforme o contexto, bem como os sinais de pontuação presentes e a constituição gráfica e discursiva do diálogo em contraste com a LIBRAS, cujos recursos discursivos são espaciais e utilizam expressões não-manuais. Demonstrou-se a diferença do uso do espaço *token*⁴ e do espaço subrogado⁵ no diálogo em LIBRAS como possibilidades discursivas à disposição do falante no ato da enunciação.

Na disciplina de matemática, em razão do filme foi possível trabalhar com números primos, geometria plana e espacial e equação do segundo grau.

2.3 Etapa 3

No círculo de cultura, a partir da profissão “engenharia” foi feito um levantamento de outras profissões com os alunos, discutindo-se as particularidades de cada uma. Em seguida, cada educando fez um relato acerca de sua profissão ou daquela que gostaria de exercer: 38,5% deles declararam trabalhar com registro em carteira; 15,4% declararam trabalhar informalmente e 46,2% não trabalham. Os alunos que recebem benefício de prestação continuada correspondem a 38,5%; e 61,5% declararam não receber benefícios do governo. Após o registro do levantamento de profissões, debateu-se acerca das barreiras a serem superadas por uma pessoa surda no exercício dos ofícios citados. Por último, foram apresentadas outras profissões, desconhecidas pelos alunos, e houve a discussão dos desafios para a prática de cada uma delas. Em momento posterior, foram mencionadas as instituições voltadas para a qualificação profissional de pessoas surdas. Os educandos puderam pesquisar na internet os dados referentes às organizações cujo

⁴ Espaço *token*, segundo Quadros et al (2009) é o “espaço em que se quer indicar entidades ou coisas representadas sob a forma de um ponto fixo no espaço físico, são entidades “invisíveis”. O espaço mental *token* se limita à representação da terceira pessoa” (QUADROS et al, 2009).

⁵ Espaço sub-rogado, segundo Quadros et al (2009), “é a conceitualização de algo acontecido ou por acontecer. É representado visualmente por uma espécie de encenação”.

foco fosse a inclusão de surdos no mercado de trabalho. Foi possível, dessa forma, visando “inéditos viáveis”, apresentar aos estudantes possibilidades de formação complementar, para além dos ofícios já conhecidos por eles, ampliando, assim, suas expectativas profissionais.

2.4 Etapa 4

Nessa etapa, trabalhou-se com o gênero currículo em sua função social e forma composicional a partir de diferentes modelos. Em seguida, os educandos desenvolveram seus próprios currículos nos computadores da sala de informática. Foi possível verificar que existe uma exclusão digital acentuada em relação aos educandos surdos que participaram dessa experiência pedagógica, visto que, apesar de a maioria possuir celular e utilizar redes sociais e aplicativos de jogos, a maioria deles desconhece usos que envolvam, sobretudo, a língua portuguesa escrita.

2.5 Etapa 5

A partir das dúvidas dos educandos acerca de normas referentes ao mundo do trabalho, foram apresentados alguns vídeos do Ministério do Trabalho, em LIBRAS, e, a partir disso, foi realizado um debate em torno do desacordo da realidade vivida pelos estudantes trabalhadores surdos em relação aos direitos garantidos pela legislação. A acessibilidade linguística da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) para pessoas surdas usuárias de LIBRAS, disponibilizada pelo Ministério do Trabalho na internet, foi uma ferramenta importante para o desenvolvimento das discussões e como fonte de eventuais consultas futuras para os educandos. Além disso, o potencial das tecnologias para o ensino oportunizou o contato autêntico dos alunos com uma variedade mais formal de sua língua, a LIBRAS, implicando a realização de tarefas reais e de seu interesse efetivo.

2.6 Etapa 6

A fim de potencializar o acesso a notícias jornalísticas, fomentar discussões de conteúdos variados, ter contato com uma variedade formal da língua de sinais, dentre outros objetivos, apresentou-se o Jornal Primeira Mão (em LIBRAS), disponível na internet. Todos os alunos desconheciam esse canal acessível como fonte de informação. O Jornal Primeira Mão traz as principais notícias do Brasil e do mundo, relacionadas a: política, economia, serviços, curiosidades e dicas de cultura e lazer, segundo a descrição disponível na página da TV INES. Além disso, é um jornal bilíngue para surdos e ouvintes, sendo apresentado em LIBRAS, dispõe ainda de legendas e áudio em português.

A edição assistida foi a de 06/04/2017 (BRASIL, 2017). Dentre as notícias disponíveis estavam: tragédia na Colômbia causada por fortes chuvas, violência no Rio de Janeiro que

causou a morte de uma adolescente de 13 anos, aumento do casamento infantil no Brasil, terrorismo na Rússia, eleições no Equador, descoberta de túnel em presídio no Amazonas etc. As notícias foram assistidas, contextualizadas com imagens e vídeo da internet, e discutidas. Após o debate, foi feita votação para escolha de uma notícia a fim de que fosse possível trazer uma versão em português escrito da notícia mais votada. A selecionada foi sobre a tragédia na Colômbia.

2.7 Etapa 7

Realizou-se um debate sobre o desastre em Mocoa, na Colômbia; os fatos foram contextualizados com imagens e vídeos extraídos da internet. Após a contextualização, foi apresentada a notícia impressa “Brasil oferece ajuda à Colômbia após tragédia deixar centenas de mortos” do *site* de notícias G1. Os alunos leram o texto com a mediação da professora. Fizeram o registro do vocabulário em LIBRAS por meio de vídeos em que os próprios alunos se gravaram com as câmeras da unidade escolar. Foi realizada uma série de atividades envolvendo os níveis morfológico, semântico, sintático, textual e pragmático da notícia, alfabetização cartográfica, tradução intermodal de frases do texto para a LIBRAS.

Foi apresentada uma segunda versão da mesma notícia, “Avalanche de terra deixa pelo menos 234 mortos no sul da Colômbia” do *El País*. Durante esta experiência, os alunos demonstraram mais domínio sobre o conteúdo temático e composicional do texto do que em relação à leitura da primeira versão, visto que além de o léxico ser semelhante, tratava-se do mesmo gênero e do mesmo assunto, o que oportunizou uma consolidação mais efetiva do vocabulário devido ao tempo de exposição ser ampliado; demonstraram ainda mais autonomia na leitura. Os alunos aprenderam os sinais colombianos dos lugares referidos na notícia. Eles puderam ainda verificar que a língua de sinais colombiana era diferente da língua de sinais brasileira e que a língua oral da Colômbia era o espanhol. Viram ainda algumas traduções do português escrito para o espanhol escrito a fim de verificar as semelhanças e diferenças entre as línguas.

Finalmente, os marcadores temporais “após”, “depois”, “até” e “durante”, extraídos das notícias lidas foram trabalhados em outros contextos. Em matemática foi usado como suporte um calendário e o gênero receita médica a fim de analisar os termos em diferentes situações. Como exemplos foram usadas algumas expressões como: “dia 20”, “após 20 dias”, “durante 20 dias” para serem analisadas em LIBRAS, português e matemática. Nos exemplos das receitas médicas foram estudados conceitos relativos a período e horário, isto é, como tomar corretamente algum remédio prescrito em receita.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aprendizado pode ser potencializado por meio de recursos tecnológicos, que, por sua vez, podem favorecer a acessibilidade linguística para o aluno com surdez. As avaliações foram realizadas de forma contínua e processual, por meio dos círculos de cultura e de atividades que envolveram múltiplos letramentos, textos multissemióticos, diferentes suportes e linguagens. Os educandos apresentaram baixas expectativas profissionais e de escolarização, vendo nas personagens do filme uma representação positiva de identidades subalternizadas e de ascensão pela via acadêmica. Dessa forma, o trabalho tentou sensibilizar os educandos a se perceberem como atores sociais capazes de, por meio de reflexão e ação, se conscientizarem das múltiplas opressões experienciadas e desenvolverem ferramentas, através dos múltiplos letramentos e do acesso à informação, para a transformação de sua realidade.

O jornal em LIBRAS favoreceu a aprendizagem, mas não dispensou a mediação da professora na contextualização dos fatos e na construção de conceitos. A leitura de uma notícia cujo conteúdo já é de conhecimento do aluno facilitou o uso de estratégias de leitura; além disso, a utilização de uma segunda versão do mesmo fato favoreceu a consolidação do vocabulário e a análise sob um ponto de vista diferente acerca do mesmo acontecimento.

O hábito de assistir jornal foi sendo desenvolvido gradativamente e pôde proporcionar uma fonte de informação acessível aos alunos, ampliação de vocabulário em LIBRAS, uso de variedade formal da língua, ampliação de conhecimento de mundo. A leitura de notícias, por sua vez, também incrementou as discussões, possibilitando além do desenvolvimento linguístico na L₂, a construção de diferentes pontos de vista sobre o mesmo fato.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades ocorreram ao longo de 2017: com o filme “Estrelas Além do Tempo” (2016) durante o primeiro bimestre; e com o Jornal Primeira Mão durante o segundo bimestre, no período noturno, com três turmas (8ºE, 9ºC e 9ºD), em um total de 22 alunos, de forma interdisciplinar: entre matemática, português e LIBRAS. Utilizou-se princípios e técnicas freirianas, conforme explicitado, visando a cada momento uma prática reflexiva em diálogo com a realidade dos educandos, na tentativa de superação de relações educacionais necrófilas e desumanizadoras. Como parte das avaliações os alunos filmaram-se sinalizando as notícias lidas e diferentes atividades envolvendo os múltiplos letramentos e tradução intermodal do português para a LIBRAS.

Os resultados revelaram ainda a importância do uso das tecnologias de



informação e comunicação para a escolarização e para a acessibilidade linguística dos alunos surdos.

REFERÊNCIAS

- ANA MARCOS (Colômbia). El País. **Avalanche de terra deixa pelo menos 234 mortos no sul da Colômbia**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/01/internacional/1491052719_307114.html>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2016.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 06 de julho de 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 02 de agosto de 2018.
- BRASIL. L. M. B. O. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) (Org.). **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência**. 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- BRASIL. INES. (Org.). **Jornal Primeira Mão**. 2017. Disponível em: <http://novo.more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage>. Acesso em: 02 ago. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

G1 (Brasília). Globo. **Brasil oferece ajuda à Colômbia após tragédia deixar centenas de mortos**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-oferece-ajuda-a-colombia-apos-tragedia-deixar-centenas-de-mortos.ghtml>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

QUADROS, R. M. de; PIZZIO, Aline Lemos; REZENDE, P. L. F. **Língua Brasileira de Sinais IV**. Florianópolis: 2009. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/linguaBrasileiraDeSinaisIV/assets/10151/TEXT0_BASE_-_DEFINITIVO_-_AVEA.doc. Acesso em 02 de agosto de 2017.

SÃO PAULO. **Decreto nº 52.785, de 10 de novembro de 2011**. Cria as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS na Rede Municipal de Ensino. DISPONIVEL EM Cria as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS na Rede Municipal de Ensino. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=11112011D%20527850000> Acesso em 25 de jun. de 2017.

SÃO PAULO. **Portaria nº 5707/11 – Secretaria Municipal de Educação**. Regulamenta o Decreto 52.785 de 10/10/11 que criou as Escolas de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13122011P%20057072011SME>. Acesso em 11 de setembro de 2016.

STRECK, D. R.; RENDÍN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. – 2. edición en portugués, revisada y ampliada. Auténtica Editora, Belo Horizonte, 2008.

Título em inglês:

LINGUISTIC ACCESSIBILITY IN EDUCATION OF DEAF YOUNG
AND ADULTS:
AN EXPERIENCE REPORT